

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO.

1.1. Aquisição por demanda de **Dióxido de Carbono Medicinal - CO2** para realização de **VIDEOCIRURGIAS** destinada a atender as demandas cirúrgicas do Ambulatório, Urgências e de pacientes internados no Hospital Municipal Raul Sertã, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitantes: Hospital Municipal Raul Sertã.

1.3. Fundamentação legal: modalidade **PREGÃO** via **REGISTRO DE PREÇO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, e do Decreto Municipal 599/2020, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Complementar nº 123/06, bem como considerando as alterações promovidas no Sistema Comprasnet SIASG pelo Decreto Federal nº 10.024/2019.

1.4. Período: Vigência da Ata de Registro de Preços - 12 meses.

1.5. Tipo: Menor preço nos termos da Lei nº. 8666/93.

2. DO QUANTITATIVO.

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CAT MAT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNI DAD E	QUANTI DADE
01	366166	DIÓXIDO DE CARBONO MEDICINAL (CO2), PARA USO EM VIDEOCIRURGIA, ACONDICIONADO EM CILINDRO DE 15KG E 25KG.	KG	960
		A empresa vencedora do certame deverá ceder, em regime de comodato, cilindros de CO2, sem quaisquer custos à CONTRATANTE, os quais serão utilizados em videocirurgias de pacientes internados no HMRS.		

2.2. O quantitativo acima foi calculado com base no levantamento realizado pelo Hospital Municipal Raul Sertã referente ao consumo no ano de 2019, baseado no número médio de cirurgias realizadas da forma convencional no HMRS. Desta forma, sendo estimado um consumo médio de CO₂, girando em torno de 80KG/mês, totalizando 960 KG/ano, devendo desta forma a licitação ser através de Registro de Preços.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

3.1. A presente proposição para aquisição de cilindros de CO₂ se justifica pela necessidade do cumprimento das normas constitucionais de atender com total presteza os pacientes que necessitam da rede municipal de saúde, em prol do interesse público de proporcionar melhor atendimento e saúde aos munícipes.

3.2. Esta aquisição tem por finalidade assegurar a manutenção das condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento das Unidades de Saúde, eis que de acordo com a Lei Federal nº 5.991/73, regulamentada pelo Decreto nº 74.170/74, considera-se medicamento todo produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico.

3.3. Os cilindros de CO₂ com (dióxido de carbono) para realização de videocirurgias, destina-se a atender as demandas cirúrgicas do ambulatório, urgências e de pacientes internado no Hospital Municipal Raul Sertã. Insta salientar que a videocirurgia tem um melhor resultado estético, apresenta menos dor no Pós Operatório, prevenindo as chances de complicação, bem como, diminui o tempo de internação do paciente operado.

3.4. Nesta modalidade cirúrgica minimamente invasiva, o abdômen do paciente é insuflado com CO₂. Como os órgãos da região abdominal são muito próximos, o gás é necessário para expandir a cavidade do paciente abrindo um campo de visão para que o cirurgião possa operar utilizando os instrumentais e a microcâmera.

3.5. O CO₂ pode ser absorvido pelos tecidos e é expandido pelo sistema respiratório com facilidade, uma vantagem para utilização em um local que possui muitos equipamentos eletrocirúrgicos. Ademais, o gás CO₂ não prejudica a

cicatrização pós-cirúrgica. Tal aquisição suprirá a demanda do Hospital Municipal Raul Sertã pelo período de 12 (doze) meses.

4. QUANTITATIVOS E LOCAIS DE ENTREGA.

4.1. A Contratada deverá atender a todas as ordens formais de fornecimento expedidas pelo Hospital Municipal Raul Sertã.

4.2. **Considerando que o no Centro Cirúrgico existem 02 (duas) salas para videocirurgias, cada sala deverá possuir 01 (um) cilindro de CO2 de 25 KG e 01 cilindro de CO2 de 15Kg (para pronta substituição dos cilindros principais -25Kg). Além destes, deverão ter a disposição da unidade 2 cilindros de 25 Kg devidamente abastecidos, em critério de reserva emergencial, para atender ao centro cirúrgico.**

4.3. Os cilindros de CO2 (dióxido de carbono), objeto do presente processo administrativo, deverão ser entregues no respectivo nosocômio, de acordo com suas solicitações e no endereço arrolado abaixo:

- **Hospital Municipal Raul Sertã-** Rua General Osório, Nº 324, centro, Nova Friburgo/RJ.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA.

5.1. A empresa vencedora deverá fornecer, em regime de comodato, cilindros de dióxido de carbono medicinal CO2 conforme especificações constantes no presente Termo de Referência, visando o não desabastecimento da Unidade.

5.2. As entregas dos cilindros de oxigênio do Hospital Municipal Raul Sertã deverão ser realizadas no Almoxarifado do Hospital, localizado na Rua General Osório, n.º 324, Centro, Nova Friburgo/RJ, no horário de 07h:00min às 16h:00min.

5.3. O fornecimento será efetuado conforme demanda e determinação da unidade requisitante, com prazo de entrega não superior a 05 dias úteis, contados a partir da emissão da nota de empenho ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

5.4. A empresa Contratada deverá disponibilizar **sem custos para a Contratante os dispositivos de armazenamento (cilindros) em regime de comodato,** conforme Termo de Referência.

5.5. A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega dos produtos, após emitida Nota de Empenho.

5.6. A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

5.7. Todos os cilindros deverão estar em perfeito estado de conservação, devendo possuir capacete de proteção móvel ou fixo e deverão ser entregues lacrados, caso contrário serão devolvidos à Contratada.

5.8. Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e resultados requisitados.

5.9. Todos os gases transportados pela Contratada devem estar adequadamente classificados, marcados e rotulados. A marcação deve ser exibida em cada cilindro transportado de forma visível e legível, colocada sobre um fundo de cor contrastante à da superfície externa do cilindro e deve estar localizada distante de outras marcações existentes. Esta marcação é composta do nome apropriado do gás para embarque e do número ONU correspondente, precedido das letras “UN” ou “ONU”.

5.10. O rótulo de classe de risco do gás transportado deve estar afixado, de forma visível, em cada cilindro, próximo à marcação. Caso o cilindro tenha dimensões tão pequenas que os rótulos não possam ser satisfatoriamente afixados, eles podem ser colocados por meio de uma etiqueta aplicada ao equipamento.

5.11. Cada rótulo deve ter o símbolo de identificação do risco, o número da classe ou subclasse e grupo de compatibilidade e quando aplicável o texto indicativo da natureza do risco. Além dos riscos aplicáveis à substância o rótulo deve conter também os símbolos de manuseio do equipamento.

5.12. Rótulos de risco devem estar também afixados à superfície exterior das unidades de transporte e de carga.

5.13. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

5.13.1. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a

data de fabricação, validade e/ou vida útil;

5.13.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

5.13.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

6. DO TRANSPORTE, INSTALAÇÃO E ABASTECIMENTO.

6.1. O transporte dos gases deverá ser realizado pela Contratada em caminhões especiais, seguindo o estabelecido na legislação que rege a matéria.

6.2. A carga e descarga dos cilindros somente poderão ser realizadas por pessoal da Contratada usando os devidos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, disponibilizados pela própria empresa, tais como luva de raspa, botas com biqueira de aço, óculos e capacete conforme IN DGRH/SESMT Nº 10/2001.

6.3. Durante a entrega e retirada dos cilindros os técnicos da Contratada deverão utilizar dispositivos que garantam a segurança total do procedimento e dos profissionais envolvidos, sendo de responsabilidade da Contratada providenciar tais dispositivos.

6.4. O dimensionamento do número de cilindros deverá ser feito levando em conta a probabilidade de existência de unidades defeituosas, devendo, portanto, haver uma quantidade suficiente de cilindros adicionais ao consumo normal, de modo a suprir possíveis imprevistos.

6.5. No caso do reabastecimento de cilindros pela Contratada, não será admitido reabastecimento em cilindros que estiverem com testes periódicos vencidos, ficando sob a responsabilidade da empresa providenciar a troca desses cilindros sem ônus adicional à Contratante.

6.6. A Contratada deve atender a todas as medidas de segurança necessárias ao manuseio dos equipamentos (cilindro).

6.7. Todos os equipamentos e ferramentas necessários ao manuseio e instalação dos itens adquiridos deverão ser fornecidos pela Contratada, que realizará ainda o manuseio e instalação, por meio de profissionais técnicos qualificados.

6.8. Quando do descarregamento, os cilindros devem ser estivados nos veículos de maneira que não possam se deslocar, cair ou tombar.

6.9. Os cilindros contendo produtos de naturezas diferentes devem ser separados segundo os respectivos símbolos de risco.

6.10. Durante as operações de descarregamento, os volumes devem ser manuseados com o máximo cuidado e, se possível, sem que sejam virados.

6.11. Juntamente com a entrega e a instalação dos equipamentos, a Contratada deverá entregar à Contratante toda a documentação técnica e de segurança, bem como fornecer orientação quanto às regras de guarda e exibição desses documentos.

6.12. Quando da entrega e retirado dos cilindros, um funcionário da Contratante deverá acompanhar o procedimento.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS.

7.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

8. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

8.1. Os bens serão recebidos:

8.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

8.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação, se dará em até 02 dias úteis a contar do recebimento provisório.

8.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

9.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recursos abaixo descritos:

9.1.1. Elemento de despesa – 33.90.30.30

9.1.2. Fonte de recurso 07 – SUS

9.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

**9.2.1. Hospital Municipal Raul Sertão:
30001.1030200702.188;**

9.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-000.**

10. DA LIQUIDAÇÃO

10.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

11. DO PAGAMENTO.

11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da entrega da fatura na Unidade da Administração, conforme estabelece o decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- **Negativa de Débitos Trabalhistas;**

- **Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;**
- **FGTS;**
- **PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;**
- **Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;**
- **Estadual CND – referente ao ICMS.**

11.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

11.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

12.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

12.2. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

12.3. Os interessados, ou seus representantes legais, deverão comparecer nas instalações da Comissão de Pregão na data e horário estipulado, comprovando possuir poderes para formular propostas e para a prática de todos os demais atos do certame. É vedada a participação de um mesmo representante legal para mais de uma empresa, sendo admitido somente um representante por proponente.

12.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou

assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

13.1. Caberá à Contratante:

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

13.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

13.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

13.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

13.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

13.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

14.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica Simplificada** constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 11.1.1 a 11.1.6;

14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

14.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

14.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

14.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

14.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

14.8. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 02 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto de 05 (cinco) dias úteis de acordo com o **item 5.1** deste Termo de Referência, com a devida comprovação;

14.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto

inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

15. MEDIDAS ACAUTELADORAS.

15.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO.

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

17. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

18. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO.

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

18.2. Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados (as) os (as) agentes públicos (as) abaixo informados (as):

- Fernanda Medeiros Rodrigues matrícula 468.036 como Gestor Titular, Céres Lourenço Teixeira, matrícula 062.195 como Gestor Substituto, Vânia Lúcia de Souza matrícula 062.434 como Superior Imediato, Leopoldina de Fátima

Azevedo Reis matrícula 201.836 Fiscal Titular e Gilmar dos Passos da Rosa matrícula 062.346 como Fiscal Substituto.

18.3. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

18.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

18.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

19. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO.

19.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. A Contratada que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições deste instrumento ficará sujeita as penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93.

20.2. Nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Termo de Referência, a Contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita as seguintes sanções:

20.2.1. Advertência;

20.2.2. Multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação;

20.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Nova Friburgo, por prazo de até 5 (cinco) anos;

20.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

20.3. O atraso injustificado na entrega das agulhas, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitara a Contratada a multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

20.3.1. atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia; e

20.3.2. atraso superior a 30 (trinta) dias, até o limite de 60 (sessenta) dias: multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

20.4. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ser aplicadas a Contratada as seguintes penalidades:

20.4.1. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou

20.4.2. a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

20.5. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.

20.6. As multas previstas nesta cláusula não tem natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados a Contratante.

20.7. O prazo para defesa prévia quanto a aplicação de penalidade é de **05 (cinco) dias úteis** contados da data da intimação do interessado.

20.8. O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação mediante guia de recolhimento oficial.

20.9. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da fatura/nota fiscal a que a Contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

20.10. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita a empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

30. DA RESCISÃO.

30.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

30.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

30.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

30.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

30.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo, 19 Abril de 2021.

Termo de referência elaborado por:

FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES
Gestão de Processos e Contratos - SMS
Mat: 468.036

Ratifico o presente termo de referência, nos termos do art. 6º, inciso III da lei federal Nº 8.666/93 em analogia ao art.7º, § 2º, inciso I da lei federal Nº 8.666/93, bem como autorizo **ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**



NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO

Secretária Municipal de Saúde

Mat.: 106.137